

O segundo instante é caracterizado pelo aparecimento das primeiras obras e pesquisas sociológicas: Emílio Willems, E. G. Léonard, Maria Isaura P. de Queiroz, Eduardo Otávio da Costa, são os nomes mais representativos dos que publicaram entre 1940-1955. No tangente à dinâmica interna dos grupos reformados, este período é fortemente marcado pela crescente divisão das diferentes denominações protestantes, pelo violento crescimento do movimento pentecostal e pela eleição de vários protestantes para as Câmaras Estaduais e Federal.

O terceiro momento se salienta por uma série de estudos e pesquisas com nítida preocupação social e ecumênica tratando-se, evidentemente de pesquisadores crentes, quer reformados, quer católicos, enquanto que os cientistas sociais se ocupam notadamente com as funções psicossociais do protestantismo pentecostal (Beatriz Muniz de Souza), com as diferenças, transformações e crescimento dos diferentes cultos protestantes (Jean Pierre Bombart), ou ainda com o estudo de certas respostas doutrinárias do pentecostalismo, como a santificação X mundanismo, o dom das línguas X progresso tecnológico etc (Waldo A. Cesar).

A segunda parte deste opúsculo traz o título "Para uma Sociologia do Protestantismo Brasileiro". Agora o A. aborda como o protestantismo importado esteve sempre ligado a interesse e ideologias exógenas à nossa realidade social e cultural; a relação do protestantismo com as outras religiões; e finalmente sua relação com a sociedade brasileira no tocante à "questão religiosa", à escravidão, à proclamação da república. Lastimamos que tal panorama não tenha se prolongado até os dias atuais, englobando a análise da "ideologia protestante" face a certas realidades cruciais, como "comunismo", "revolução", "moral", "arte moderna", "explosão demográfica" etc.

Embora pouco extensa, a obra *Para uma sociologia do protestantismo brasileiro* representa uma contribuição de base para os estudiosos da sociologia das religiões no Brasil. Creio que este mesmo grupo de estudiosos ficaria muito agradecido se Waldo A. Cesar resolvesse publicar uma bibliografia sobre o protestantismo no Brasil — e de preferência uma bibliografia comentada — pois o mesmo declara possuir no redor de seiscentas fichas bibliográficas de referência sobre este tema. — LUIZ MOTT.

. . .

DEMANGEOT, J. — *Le continent brésilien*. Prefácio de Pierre Monbeig. Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1972. 176 pp. (Coleção Regards sur la Géographie).

De início, achamos oportuno evocar as palavras de P. Monbeig que encabeçam o prefácio:

"Naguère encore le Brésil n'avait droit qu'à quelques pages dans nos manuels de géographie et voici qu'un bon livre lui est consacré, livre qui atteindra plus qu'un public d'universitaires ou de spécialistes. C'est qu'il n'est plus permis de réduire le Brésil à un stock d'images simplistes: le café brûlé dans les locomotives, le scandale des 'favelas', la fièvre du Carnaval, la maltrise de ses footballeurs... Par sa croissance démographique, par son dynamisme urbain, par la gamme de toutes ses industries mais aussi par l'urgence et la complexité de ses problèmes, le plus grand des états de l'Amérique Latine attire la curiosité et souvent suscite les passions".

A obra foi concebida como um manual de Geografia do Brasil para estudantes das universidades francesas, pois faltava um trabalho recente que desse uma visão panorâmica do Brasil e dos seus problemas atuais. E como tal, o objetivo foi plena-

mente atingido. O livro é enriquecido por 37 figuras (gráficos e mapas), 17 tabelas, 32 fotografias do próprio autor, que percorreu o Brasil de Norte a Sul. Traz ainda várias "vignettes" que se devem ao talento de P. Deffontaines.

O autor começa por retratar o meio natural. Faz, a seguir, uma reconstituição histórica da economia brasileira, desde os ciclos econômicos do passado até a fase da industrialização. Após a visão global do País passa a focalizar mais detidamente as regiões brasileiras sob uma perspectiva bastante original. No último capítulo, se dedica aos problemas econômicos da nação, analisando até que ponto esses problemas são comuns aos países subdesenvolvidos, de maneira geral, ou são específicos do Brasil. Após o seu diagnóstico, ao mesmo tempo pessimista e otimista, o autor sugere que a ação governamental se concentre na reforma agrária, no bloqueio à especulação imobiliária, principalmente no meio rural; na melhoria do ensino técnico, visando também à população rural; na descentralização industrial; na assistência social à população urbana, em particular àquela dos bairros periféricos. E com um certa dose de humorismo encerra a obra:

"Mais comment douter, tout de même, du destin d'un peuple qui croit, de bonne foi, que 'Dieu est brésilien'?..." — ADYR A. BALASTRERI RODRIGUES.

* * *

MENDONÇA, Marcos Carneiro de — *Raízes da formação administrativa do Brasil*. [Rio de Janeiro] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Conselho Federal de Cultura, 1972. 2v.

Possibilitar aos pesquisadores da História do Brasil — tão carentes de instrumentos de trabalho — fácil acesso aos *Regimentos*, componentes fundamentais da legislação administrativa da Colônia, enriquecendo-os com notas e explicações preliminares, foi a finalidade do autor de *A Amazônia na era pombalina*.

Cobrindo um período que vai de 1516 à primeira fase da época pombalina, o A. "procurou reunir num só corpo os estatutos fundamentais reguladores das autoridades centrais, as grandes regulamentações fiscais, provedoria (dizimos, Santa Cruzada), as organizações pára-militares (ordenanças) e os principais tribunais", como bem o nota Américo Jacobina Lacombe, no Prefácio. Para Carneiro de Mendonça, nos Regimentos, Instruções e Relatórios é que vamos encontrar as principais fontes das raízes da formação administrativa do Brasil.

A relação dos 58 documentos legislativos não obedece à estrita ordem cronológica mas está arranjada de modo a se agruparem os grandes aspectos: governamental, militar, jurídico, eclesiástico, econômico ou étnico (a questão do índio). As fontes primárias apresentadas na obra, estão reproduzidas na íntegra, sendo que as anotações correspondem à localização do original, quando e onde foram publicadas, e se na íntegra ou não. Para as questões passíveis de maiores esclarecimentos há notas de pé-de-página. Segue-se o resumo. Para cada nova espécie de documento que aparece, há nota preliminar definindo a mesma. Há índice remissivo de assunto, remetendo aos respectivos capítulos de cada Regimento.

Todos são fontes fundamentais para a história administrativa colonial, como o *Regimento de Tomé de Souza*, o dos *Ouvidores Gerais* ou o dos *Provedores Gerais*, de 1548 (1º, 7º e 8º doc.); o *Regimento das Terras Minerais do Brasil*, 1603 (23º e 24º doc.) ou os da *Relação da Bahia e Rio de Janeiro*, 1582, 1588, 1751 (34º, 35º e 36º doc.), o do *Conselho Ultramarino* (45º doc.) e outros que poderiam ser aqui discutidos, em detalhe.